

BULLYING, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Jair Aniceto de Souza, Raquel Martins Fernandes Mota, Vanessa Costa Gonçalves Silva,
Degmar Francisco dos Anjos

Universidade de Cuiabá (Unic) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)
(Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino) – e-mail: ppgen@cba.ifmt.edu.br
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - e-mail: degmar.anjos@ifpb.edu.br

Resumo: Esse artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre *bullying* e violação dos direitos humanos no contexto de uma unidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (Campus Avançado Sinop), constituindo-se como uma parte específica de um estudo mais amplo sobre o fenômeno do *bullying* coordenado pela Profa. Dra. Raquel Martins Fernandes Mota, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT, com o título “*Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento do alunos*”. A maior parte dos dados coletados foi realizada através do questionário “*Violação dos Direitos Humanos e Bullying*”, aplicado em sete escolas, sendo o recorte aqui apresentado o resultado de sua aplicação específica no Campus Avançado Sinop. Responderam ao questionário 117 alunos, do 1º e do 2º ano, de idades entre 14 e 17 anos. Também se utilizou da observação direta do comportamento dos alunos em suas interações cotidianas no ambiente escolar como instrumento de coleta de informações. Sobre a questão dos direitos humanos, procuramos focar aspectos de sua violação no âmbito escolar, sob a forma de relações de desrespeito e maus-tratos entre os alunos, e seus reflexos sobre o processo de construção de identidades e diferenças no contexto escolar. Aborda-se também nesse artigo a responsabilidade do sistema escolar na construção de uma cultura dos direitos humanos, de respeito às diferenças e de reconhecimento da dignidade inerente à particularidade cada ser humano.

Palavras-chave: *bullying*, direitos humanos, ensino, identidade.

Introdução

A escola, como instância socializadora de enorme importância no mundo contemporâneo, tem uma parcela significativa de responsabilidade nas imagens que os alunos constroem sobre si mesmos e sobre os outros (OLIVEIRA, 2015). Além disso, como espaço social contraditório e não imune às influências externas, os processos conflitivos que ocorrem em outras instâncias sociais também se fazem presentes em seu interior, fazendo dela um espaço de reprodução de formas de desigualdade e de opressão. As relações cotidianas de desrespeito, maus-tratos, humilhações e desprezo que vem se alastrando no ambiente escolar, em termos de sua compreensão pelos pesquisadores educacionais, condensadas sob o conceito de *bullying*.

Apesar do *bullying* como objeto de atenção dos pesquisadores em educação ser um fenômeno relativamente recente, sua prática ampliada e recorrente no contexto escolar tem provocado sérias preocupações e demandado esforços cada vez mais concentrados em sua erradicação. Definido como um tipo de violência repetitiva e intencional (FANTE, 2005), suas consequências tem sido extremamente negativas no desempenho dos estudantes, além de provocar danos nos processos interativos e de socialização no ambiente escolar. Segundo Zanela e Trevisol (2014), os motivos que acionam a prática do *bullying* não são explícitos ou evidentes, mas podem provocar males irreversíveis nas suas vítimas. Para Fante (*Idem*), a prática recorrente do *bullying* impõe às suas vítimas dor, angústia, sofrimento, exclusão e isolamento, além de prejuízos físicos, morais e materiais.

São múltiplas as abordagens utilizadas pelos investigadores nos estudos sobre o fenômeno do *bullying*, destacando-se aquelas que o compreendem como prática social assimilada aos processos de naturalização da violência ou como forma de produção social da violência institucionalizada no contexto escolar. Em termos gerais, nesses estudos, a violência tem sido entendida, seja nas interações individuais ou nas relações entre os grupos e classes sociais, sob dois aspectos fundamentais: primeiramente, como relação de força com capacidade para converter diferenças em relações hierárquicas e em formas de desigualdade, tendo por finalidade o exercício da dominação, da exploração ou da opressão de um grupo sobre outro. Em segundo lugar, como toda e qualquer ação que objetivando retirar do indivíduo sua qualidade de sujeito, desumaniza-o e trata-o como coisa, impondo-lhe o silêncio e a passividade. Também ganham projeção os estudos orientados para a construção de estratégias de intervenção, de prevenção e de combate a essas práticas no cotidiano escolar (CALHAU, 2009; CHALITA, 2008; FANTE, 2004; MOTA, 2016; ZANELLA e TREVISOL, 2014).

Do ponto de vista de sua caracterização, da produção de diagnósticos e de construção de estratégias de intervenção, o fenômeno do *bullying* no contexto escolar vem sendo objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC - IFMT). Trata-se de um grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e que, sob a liderança da Professora Doutora Raquel Martins Fernandes Mota, desenvolve um amplo projeto de investigação, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), sob o título de “Violação dos Direitos Humanos e

Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”. Este artigo é parte das investigações desse grupo de pesquisa, constituindo-se como um estudo específico da prática do *bullying* e tendo como objetivo identificar como são desencadeadas as possíveis ocorrências de violação dos Direitos Humanos e sua relação com os processos de construção de identidades e diferenças que envolvem adolescentes do Ensino Médio no IFMT - Campus Avançado Sinop.

Pesquisas sobre o *bullying* no âmbito escolar se tornam cada vez mais importantes na medida em que estas práticas estão cada vez mais presentes nas interações que ocorrem entre alunos, tornando-se um grave problema social que, além de produzir danosas consequências sobre o seu desempenho escolar, também produz efeitos negativos no seu processo de socialização, tendendo para a construção de relações sociais e de formas de convivência baseadas na intolerância e na exclusão do diferente. Ademais, justifica-se também na medida em que qualquer política ou forma de intervenção com o objetivo de combate ao desrespeito e à intolerância no âmbito escolar deve ser orientada pelo conhecimento sistemático sobre suas origens e consequências.

Metodologia e Resultados

A pesquisa que deu origem a este artigo é de natureza qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2003), entre as características da investigação qualitativa destacam-se a busca pelos significados que os sujeitos pesquisados atribuem às suas próprias ações, o caráter descritivo de apresentação, o uso de métodos de observação participante, a formulação de questões abertas nas entrevistas, entre outras. No caso específico desta pesquisa, embora tenhamos feito uso de algumas relações quantitativas para construir noções gerais sobre os sujeitos pesquisados, nossas principais interpretações foram construídas principalmente a partir das questões abertas do questionário utilizado para coleta de dados e da observação *in loco* do comportamento desses sujeitos.

Numa primeira etapa, o estudo foi dirigido por meio de um questionário com quinze questões, treze fechadas e duas abertas, que norteiam o recolhimento das informações e permitem a caracterização dos sujeitos pesquisados e do contexto social no qual estão inseridos. As dez primeiras questões buscam recolher informações gerais sobre os alunos (idade, sexo, orientação sexual), a escolaridade dos pais e a situação familiar (casa própria,

trabalho). A questão seguinte foi subdividida em vinte e quatro itens que tem como objetivo identificar as formas de bullying sofridas ou praticadas pelos alunos. Duas outras questões objetivaram verificar se os alunos sofriam ou praticavam *bullying* sobre os colegas e os motivos relacionados a essa prática. Quanto às questões abertas: a primeira pede que o aluno que já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* faça um relato do ocorrido, enquanto a outra pede por sugestões dos alunos para acabar com o *bullying*.

Cento e quarenta alunos, dos primeiros e segundos anos dos cursos técnicos de Eletromecânica e de Automação Industrial integrados ao ensino médio, compõem o universo pesquisado. Destes, cento e dezessete responderam ao questionário. A maior parte dos dados coletados foi realizada através desse questionário, sendo o recorte aqui apresentado o resultado de sua aplicação específica no Campus Avançado Sinop. Observações de campo permitiram a percepção do comportamento espontâneo dos sujeitos pesquisados nas situações mesmas nas quais constroem suas interações, contribuindo para complementar a coleta das informações e a descrição do contexto pesquisado.

Quanto aos resultados: dos cento e dezessete alunos que responderam ao questionário, trinta e dois (ou seja, 27,35%) afirmaram já ter maltratado algum colega da escola. Entre os motivos apresentados, destacam-se aqueles que agiram “por brincadeira”, por ter sido provocado e por auto defesa (dezenove respostas). Quanto à pergunta “você já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* na escola?”, sessenta e dois dos cento e dezessete alunos pesquisados (ou seja, 53%) responderam de forma afirmativa. Destes, treze (21%) fizeram relatos nos quais se destacavam motivações por preconceito racial, dez (16%) relataram motivações homofóbicas, dez (16%) afirmaram terem sofrido ou terem visto alguém sofrer *bullying* por estar acima do peso, além de outros seis relatos (9,67%) que apontam para preconceitos relacionados à aparência física, sem identificarem a característica física motivadora da prática do *bullying*. Nesse sentido, os dados da pesquisa revelam que entre os motivos da violência escolar estão os preconceitos relacionados à sexualidade, gênero, raça e aparência física. Agressões físicas e verbais, e certas formas de desrespeito e humilhação, têm apontado para as dificuldades dos alunos na construção do reconhecimento intersubjetivo das diferenças e sua tendência para a reprodução de padrões discriminatórios e opressivos de comportamento em relação aos outros.

Quanto à pergunta “você tem alguma sugestão para acabar com o *bullying*?”, setenta e oito dos cento e dezessete alunos pesquisados (ou seja, 66,66%), apresentaram alguma

sugestão. Das formas sugeridas, trinta e oito respostas (48,7%) destacaram palestras, campanhas de educação e de conscientização como as formas mais eficazes no combate ao bullying. Nesse sentido, aproximadamente a metade dos alunos que apresentaram sugestões tem a convicção de que a melhor forma de lidar com o desrespeito e a agressão no interior da escola está relacionada ao investimento na formação dos alunos para o respeito às diferenças.

Várias respostas às questões abertas do questionário sugerem esta análise:

Entrevistado 3: *“Acho que temos que ter consciência de que somos pessoas diferentes seja na cor de pele, cabelo, sexualidade e tal, sendo assim temos que respeitar as outras pessoas”*.

Entrevistado 19: *“Palestra com os pais e alunos sobre diversidade cultural, racial e sexual, mostrando a realidade do bullying que não é só piada, temos que fazer uma semana de conscientização”*.

Entrevistado 26: *“Originando novos seres humanos. Palestras e outras coisas de mesmo cunho não iram mudar a mente daqueles que não aceitam serem mudados”*.

Entrevistado 31: *“Conversar com os alunos e escutar atentamente reclamações ou sugestões; Estimular os estudantes a informar os casos; Reconhecer e valorizar as atitudes da garotada no combate ao problema; Criar com os estudantes regras de disciplina para a classe em coerência com o regimento escolar Estimular lideranças positivas entre os alunos, prevenindo futuros casos Interferir diretamente nos grupos, o quanto antes, para quebrar a dinâmica do bullying”*.

Entrevistado 32: *“Sim, fazer uma palestra em cada campus, falando sobre todas as formas de bullying”*.

Entrevistado 36: *“Palestras, brincadeiras para os alunos se interagirem entre si para que acabem com a briga entre si”*.

Entrevistado 51: *“Creio que a educação em primeiro lugar, independentemente de cor, raça, orientação sexual ou qualquer outra característica física todos nós merecemos respeito e para ter o mesmo temos que respeitar os demais, se coloque no lugar do próximo sempre”*.

Entrevistado 70: *“Palestras, que façam com que os jovens se informem mais sobre o assunto e se sintam mais a vontade para conversar sobre ele e também informar os pais caso esteja precisando de ajuda”*.

Entrevistado 80: *“Podemos fazer campanhas... ou apenas praticar o conceito que nós mesmos definimos. Porque apenas não “vivemos”? Tudo será bem mais fácil sermos humanos. Podemos nos ajudar a sermos tudo o que queremos juntos. É só questão de respeito. Podemos sim acabar com isso de maneira fácil e prática, só colocarmos um no lugar do outro! Campanhas são viáveis e eficientes”.*

Entrevistado 108: *“Criar projetos escolares, com o objetivo de conscientizar os alunos e outras pessoas de que o bullying não é algo normal, e que pode levar pessoas a desenvolver até doenças psicológicas. Acredito que desenvolver programas e atividades fora do ambiente escolar, também seja uma boa maneira de conscientizar a sociedade em geral”.*

Entrevistado 111: *“Fazer campanhas para todos os alunos explicando como é ruim praticar o bullying”.*

Não é nossa intenção produzir, no reduzido espaço deste artigo, uma análise de discurso em profundidade das respostas dos alunos. Por isso, selecionamos apenas algumas das respostas que tocam diretamente na questão da formação de valores por meio de palestras e campanhas de conscientização nas quais as noções de diálogo e de respeito ganham destaque.

As sugestões apresentadas pelos alunos para a redução das práticas do *bullying* e do desrespeito no cotidiano escolar demonstram que eles possuem uma consciência nítida de que o problema deve ser enfrentado em termos práticos. Nesse sentido, suas propostas, mais do que o aprendizado de teorias, vão na direção da construção de formas de *vivenciar* os direitos humanos e o respeito às diferenças. É claro que o conhecimento teórico deve orientar a nossa compreensão das práticas de desrespeito e de denegação de reconhecimento intersubjetivo em todas as esferas da sociedade. O conhecimento teórico sobre as determinações do comportamento individual, assim como das relações sociais que produzem e reproduzem formas de desigualdade e de opressão social, certamente podem nos ajudar na formulação das linhas gerais de políticas educacionais e de programas para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. No entanto, a escola não pode reduzir-se a um espaço de transmissão de conhecimentos e conteúdos puramente formais, deixando para um segundo plano a construção de experiências éticas, democráticas e propiciadoras de um aprendizado cultural de respeito às diferenças e à dignidade constitutiva de cada pessoa. Em conformidade com essas reflexões sobre a escola, Sluhan e Raitz (2014, p. 35) apresentam a seguinte questão:

Os educadores brasileiros conseguem viver a cidadania em sala de aula, exercitando os princípios da igualdade e equidade com seus alunos? Ficam atentos para mobilizar comportamentos solidários, [considerando] que os princípios da ética e da moral são mais facilmente incorporados quando vivenciados, discutidos e refletidos no dia a dia?

A produção de uma cultura do reconhecimento intersubjetivo de identidades e diferenças no interior da escola, portanto, da dignidade constitutiva de cada pessoa, passa pelas relações complexas de ensino-aprendizagem dos direitos humanos. Tais relações, no entanto, devem ultrapassar a forma dos estudos de conteúdos disciplinares e envolver a comunidade escolar como um todo em atividades reflexivas e práticas visando à incorporação de princípios e valores de construção da cidadania. Segundo Bobbio (2004), na atualidade, mais do que justificados teoricamente, os direitos humanos necessitam ser protegidos e praticados.

Violação dos Direitos Humanos e Identidade no Contexto Escolar

Embora a linguagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos faça referência a uma universalidade a-histórica dos direitos e a uma dignidade independente de contextos sociais e históricos, sabemos bem que os Direitos Humanos são uma construção social orientada, desde a Revolução Francesa, por, pelo menos, dois processos de expansão: uma expansão geográfica, na medida em que mais países aderem e se tornam signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, e uma expansão no campo próprio do direito, uma vez que novos direitos passam a ser percebidos e são construídos como fundamentais e inerentes à dignidade própria do ser humano (BOBBIO, 2004).

A primeira expansão, a geográfica, se levada a cabo, pode nos conduzir a uma globalização dos direitos humanos, ou seja, a uma forma de universalização situada dos direitos, de maneira que, num determinado momento histórico, todas as nações do globo adotem a carta das Nações Unidas como princípio para a organização dos direitos positivos em seus próprios territórios nacionais. A segunda expansão, da construção de novos direitos, nos situa no terreno próprio das lutas sociais, onde os direitos são construídos em situações sociais conflitivas nas quais os grupos reivindicam o reconhecimento de suas singularidades e da dignidade própria que sua diferença específica representa. Entretanto, para além do

otimismo permitido por essas duas formas de expansão dos direitos humanos, e para não cair numa visão simplista e linear de evolução do direito, é preciso ter em conta que, como construção social e histórica, as conquistas do direito não se constituem como processos acabados e definitivos.

A consciência de que o direito é o resultado de uma construção social e histórica deve, portanto, nos tornar sistematicamente atentos e vigilantes para o fato de que, uma vez conquistado um certo conjunto de direitos, não podemos ter a ilusão de que uma tal conquista seja irreversível. No processo contraditório das lutas sociais, os grupos dominantes buscam tanto impedir a conquista de novos direitos quanto desmontar aqueles que já foram conquistados e que se chocam com os seus interesses de dominação (SAES, 2000, BOBBIO, 2004). Nem sempre os contextos sociais e as conjunturas históricas favorecem a construção ou a ampliação de direitos. Na atualidade, o predomínio de ideologias neoliberais e a redução da capacidade de organização e resistência dos movimentos sociais têm funcionado como instrumento de diminuição dos possíveis choques e tensões sociais gerados pela não extensão dos direitos a todos os agrupamentos sociais. Para Saes (*Idem*), a análise do processo de construção do direito e da cidadania na sociedade capitalista torna evidente o ataque que os direitos sociais vêm sofrendo em todos os países capitalistas, sendo esse ataque, em função da reduzida capacidade de mobilização e resistência dos movimentos sociais das classes trabalhadoras, mais bem sucedido nos países capitalistas periféricos, entre eles o Brasil.

Se os direitos sociais estão sob ataque na sociedade brasileira atual, regido por lógica semelhante que já vem de longa data, os direitos que se referem à dignidade e à integridade dos indivíduos também tem sido insistentemente violados, especialmente sob a forma de manifestações de desrespeito, maus-tratos, humilhação e desprezo em relação às diferenças. Embora essas manifestações opressivas ocorram em todas as esferas da sociedade, na escola elas têm revelado um potencial de violação assustador.

Uma vez que um novo direito é positivamente declarado, como resultado das lutas de construção de direitos, cabe aos movimentos sociais produzir uma compreensão comum de que toda forma de desrespeito e descumprimento daquilo que foi formalmente instituído significa violação e afronta ao próprio direito. A igualdade formalmente instituída deve ser acionada como legitimadora da luta mesma pela sua efetivação. O momento da formalização e o da efetivação dos direitos se complementam e sem essa complementaridade não

poderíamos nos situar naquilo que denominamos orgulhosamente com Estado de Direito (BOBBIO, 2004).

A construção dos Direitos Humanos, fundada nos princípios da liberdade, da igualdade fundamental de todos os seres humanos e do respeito às diferenças, pressupõe que há uma dignidade constitutiva à espécie humana e, portanto, que cada ser humano particular possui uma dignidade que lhe inerente, independentemente de suas particularidades identitárias face aos demais.

Nas sociedades não regidas pelo Estado Democrático de Direito, e nas quais formas hierarquizadoras determinam as relações sociais, a dignidade é negada como um atributo de todos. A partir das relações de força que definem grupos superiores e inferiores, opressores e oprimidos, a dignidade é autoproclamada como atributo particular inerente ao extrato social dominante (BAUMAN, 2011). Em termos ideológicos, ocorre uma naturalização das relações de dominação, de modo que os dominados, - aos quais se impõem, por formas empiricamente materializadas de humilhação socialmente instituídas, a submissão e o assentimento de sua inferioridade - acabam por aceitar como constitutivas das próprias diferenças entre os seres humanos as desigualdades e as hierarquias socialmente construídas através de relações de força. Nesse sentido, a negação da dignidade dos grupos inferiorizados é o que fundamenta a dignidade dos opressores. Ao comentar essas hierarquias construídas, Bauman (2011, p. 42) afirma:

Os autoproclamados e autoestabelecidos superiores: o rico, o poderoso, o livre para a autoafirmação e capaz de se autoafirmar, aquele que reivindica o direito de ser respeitado com o direito de negar (ou refutar) aos inferiores o direito à dignidade. Para esses “inferiores”, as massas, os plebeus, *hoi polloi* [a maioria], reconhecer os direitos de seus “superiores” seria equivalente a aceitar sua inferioridade e sua menor ou inexistente dignidade.

No âmbito escolar, a partir das relações intersubjetivas que estabelecem entre si - por formas de aproximação e afastamento, aceitação e recusa -, os alunos vão formando e organizando-se em distintos grupos e, nesse processo, atualizam, reelaboram e reproduzem práticas, representações, hierarquias e conflitos presentes em outras esferas da sociedade. É também sob a lógica que subjaz a esse processo que vão se constituindo as narrativas, os discursos e as práticas que modelam as formas de identificação e diferenciação e, portanto, de construção de identidades e diferenças entre os estudantes. Marcados por relações de conflito e poder, os processos interativos cotidianos no âmbito escolar, sob a influência daquilo que é

socialmente valorizado e desvalorizado, vão produzindo e reproduzindo tanto identidades dignificadas quanto diferenças desvalorizadas, humilhadas, desumanizadas. As ações e palavras daqueles que discriminam denegam qualquer reconhecimento de dignidade ao discriminado, constituindo-se como uma força cujo objetivo é a submissão do diferente, levando-o ao assentimento da sua condição de inferioridade e da aceitação de formas assimétricas nas interações sociais.

Os grupos e indivíduos discriminados, entretanto, não assimilam de maneira passiva e automática as representações que lhes tentam impor os seus alçozes. Em suas experiências cotidianas, os alunos vítimas de *bullying* reagem e confrontam seus agressores. E desses confrontos podem emergir múltiplas possibilidades de construção de significados em relação às formas interativas, as ações e os discursos ali produzidos. Nesse jogo de forças que ocorre no processo de construção de identidades e diferenças, cada grupo objetiva fixar, institucionalizar e impor aos outros suas próprias representações, práticas e valores. No entanto, para além dos contrastes identitários que separam grupos e indivíduos, no jogo de forças que há entre eles, suas capacidades de imposição e de resistência às coerções dos outros não são igualitárias. Os aspectos coercitivos e impositivos que estão presentes no processo de constituição da identidade e da diferença (BAUMAN, 2005; HALL, 2011) apontam para o fato de que estas não são o resultado de escolhas individuais livres e conscientes. As identidades e as diferenças são construídas em processos mediados por relações de poder, tanto pelos grupos de pertencimento dos indivíduos quanto pelos grupos com os quais estabelecem relações contrastivas.

Da desigualdade dos grupos que se defrontam no jogo de forças e relações de poder resultam a maior ou menor capacidade de se impor e a maior ou menor capacidade de resistência às imposições dos outros. Quanto menor a capacidade de resistir às formas de coerção dos grupos dominantes, mais facilmente tendem a se estabelecer, legitimar e naturalizar as formas de dominação e opressão socialmente constituídas.

Conclusões

Os pesquisadores educacionais têm apresentado a escola como um espaço social contraditório, destacando-se como cenário de desrespeito aos direitos básicos de cidadania e produzindo formas de intolerância, de violência física, psicológica e simbólica contra as

diferenças (SILVA, SOUZA e NEIVA, 2017). Nesse sentido, o âmbito escolar não é imune às formas de produção e reprodução dos padrões de desigualdades e das formas de opressão social vigentes nos âmbitos mais gerais da sociedade. No entanto, ainda que a reprodução da injustiça social tenha se tornado cada vez mais visível no campo educacional, acreditamos que essa não é a sua vocação fundamental. No sentido contrário à injustiça e à reprodução das desigualdades, e contra todas as formas atuais de desmonte e precarização da educação pública, é também do interior do espaço escolar que se tem manifestado as vozes que gritam pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

O que aqui procuramos destacar é que, apesar das contradições existentes em seu interior - contradições que refletem aquelas existentes na estrutura mesma da sociedade brasileira -, os educadores não podem confinar-se em uma visão social conformista e afastada de projetos de transformação social. Do interior da própria escola, os educadores podem evidenciar as contradições e os conflitos que nela estão presentes, assumindo o compromisso pela transformação ao invés da reprodução. Assim, se na escola se fazem presentes formas reificadas de pensar e agir, é também nela que, por meio da reflexão e do pensamento crítico, se desenvolve o potencial de ruptura com os preconceitos sociais e as formas de desrespeito que tem se agravado em seu cotidiano.

Num contexto social e histórico marcado pela frequência e pela intensidade com que os direitos humanos são desrespeitados, a escola precisa assumir, cada vez mais e com maior clareza, o seu papel como espaço social de construção de valores que colaborem para a promoção de uma cultura orientada para o respeito às diferenças e a defesa da dignidade de cada pessoa como sujeito de direito. Trata-se, para além de qualquer distinção de raça, crença, sexo, classe social e outras diferenças que possam emergir nas relações sociais, de assumir o compromisso com a ideia de que todo ser humano possui uma dignidade que lhe é inerente e de que é a partir dessa noção de dignidade que deve ser conduzida a luta pelo direito. Nesse sentido, a pretensão da vida digna e a sua garantia são os valores fundamentais que devem nortear todo projeto de formação cultural no contexto escolar.

Referências

BAUER, Martin W. & GASKEL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

CALHAU, L. B. **Bullying: o que você precisa saber** (identificação, prevenção e repressão). Niterói: Impetus, 2009.

CHALITA, Gabriel. **Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus Editora, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MOTA, Raquel Martins Fernandes. **Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos**. Cuiabá/MT: Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula**. Campinas/SP: Papirus, 2015.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000.

SLUHAN, Mara Regina e RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (online), Brasília, vol. 95, nº 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a03v95n239.pdf>. Acesso em: 08/09/2017.

SILVA, Vanessa C. G.; SOUZA, Jair Aniceto de; NEIVA, Marco A. Bulhões. **Bullying e a construção da identidade do adolescente**. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional - As Redes Educativas e as Tecnologias: Educação e democracia – aprenderensinar para um mundo plural e igualitário, na UERJ, entre 05 e 08 de junho de 2017.

ZANELLA, Clayton Luiz; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. **Bullying no contexto escolar: caracterização e prevenção do fenômeno**. **Unesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, vol. 5, nº 2, p. 203-210, jun./dez. 2014.